

Compulsório sai do pacote

Primeiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso chamou de "vagabundos" aqueles que se aposentaram antes dos 50 anos. Na semana passada, no pronunciamento em que reconheceu a vitória na eleição e anunciou os princípios do pacote fiscal, deu mais uma dica do que poderia vir por aí ao afirmar que a conta do ajuste será cobrada do setor público. "Se tiver privilégio no serviço público, há de continuar sendo cobrado esse privilégio e devolvido, sob a forma que seja, ao Tesouro", discursou FHC. Coincidência ou não, uma das propostas que esteve sobre a mesa de discussões do pacote fiscal atingia em cheio esses "privilegiados": trata-se da criação de um empréstimo compulsório sobre benefícios acima de R\$ 5 mil pagos à funcionários públicos que se aposentaram com idade entre 40 e 52 anos.

A fórmula seria simples. Um servidor que recebe, por exemplo, R\$ 9 mil de aposentadoria, teria R\$ 4 mil de seus ganhos retidos pelo governo, à título de empréstimo compulsório. A medida é considerada explosiva por parlamentares governistas e sua inclusão no pacote de ajuste foi desaconselhada.

Para implementar a idéia, o governo teria que enviar ao Congresso um projeto de lei complementar. O empréstimo compulsório é previsto no artigo 148 da Constituição Federal, inciso II, no caso de "investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional". Para entrar em vigor em 99, essa lei teria de ser aprovada até o dia 31 de dezembro.

Pelo que demonstrou durante as votações da reforma da Previdência, o Congresso não gosta de mexer na vida do funcionalismo. Foi rejeitada pelo plenário da Câmara, por exemplo, a criação de um redutor de 23% para as aposentadorias superiores a R\$ 1,2 mil, um dos itens da reforma constitucional. O governo precisaria ter pelo menos 308 votos para aprovar a proposta, mas conseguiu apenas 306 votos favoráveis, enquanto 151 parlamentares votaram contra e outros oito se abstiveram, permitindo que magistrados e servidores permaneçam com direito a aposentadoria integral.

O governo tem argumentos de sobra para querer restringir as aposentadorias do serviço público. Em 97, enquanto o INSS gastou R\$ 50,5 bilhões com os benefícios dos 17,79 milhões de aposentados e pensionistas do setor privado, o que equivale a uma aposentadoria média de R\$ 284,00, as despesas da União com 2,87 milhões de inativos chegaram a R\$ 47,83 bilhões, segundo o pesquisador do Ipea Francisco Oliveira, especialista no assunto. A média das aposentadorias no setor público hoje está em torno de R\$ 2 mil, dez vezes maior que a média do setor privado.

Não seria a primeira vez que o governo federal lançaria mão de um empréstimo compulsório para cobrir rombos em suas contas. A população já pagou mais pelos combustíveis e na compra de automóveis novos durante o governo Sarney. De julho de 1986 a outubro de 1988 foi incluída no preço desses produtos e serviços uma parcela correspondente ao empréstimo, usado pelo governo como forma de aumentar sua receita. Poucos brasileiros receberam o dinheiro de volta. Só aqueles que entraram na Justiça. (LM)